



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- Processo nº:** 11.660/2014 (3 volumes)
- Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECULT/DF e Cartão BRB S/A.
- Assunto:** Representação.
- Ementa:**
- Representação n.º 10/2013- MF acerca de possíveis irregularidades na contratação de artistas para apresentação em eventos envolvendo a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS;
 - Oitiva da SECULT/DF. Esclarecimentos. Realização de inspeção. Impropriedades constatadas;
 - Despacho Singular n.º 51/2016 – GCMA: Concede à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, à Cartão BRB S/A, ao Instituto Educarte e à Associação dos Amigos das Artes de Brasília, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução TCDF n.º 271/2014, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações circunstanciadas sobre os achados identificados na Informação n.º 211/2015-3ª Diacom;
 - **Nesta fase:** Análise dos esclarecimentos prestados;
 - Unidade Técnica: Indica irregularidades não refutadas e aponta indícios de prejuízos, sugerindo a audiência dos responsáveis, assim como a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial;
 - MPJTCDF: Aquiesce às sugestões alvitadas pelo Corpo Técnico;
 - O ilustre Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, converge parcialmente para os pareceres, ao afastar um dos itens da audiência;
 - **Declaração de Voto:** Parcialmente convergente. Audiência dos responsáveis. Afastamento da conversão dos autos em Tomada de Contas Especial nesta fase processual.

DECLARAÇÃO DE VOTO NA FORMA DO ART. 71, DO REGIMENTO INTERNO

Tratam os autos da Representação n.º 10/2013- MF acerca de possíveis irregularidades na contratação de artistas para apresentação em eventos envolvendo a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Com vistas à apuração dos fatos, a Unidade Técnica deste Tribunal realizou Inspeção na Secretaria de Cultura e na Cartão BRB/SA, cujo resultado encontra-se exarado na Informação nº 211/2015-3ªDiacomp, fls. 246/266.

Considerando os achados constantes da Instrução, o Relator do Processo exarou o Despacho Singular nº 51/2016 – GCMA, concedendo o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para que os jurisdicionados envolvidos apresentassem esclarecimentos sobre os fatos apontados, nos seguintes termos:

(...)

II - conceder à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, à Cartão BRB S/A, ao Instituto Educarte e à Associação dos Amigos das Artes de Brasília, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução TCDF n.º 271/2014, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações circunstanciadas sobre os achados identificados na Informação n.º 211/2015-3ª Diacomp;

(...)

A SECULT/DF, mediante o Ofício n.º 150/2016 – GAB/SEC, informou que as irregularidades relacionadas à representação exclusiva fabricada, à justificativa de preços fraudada, ao superfaturamento dos cachês do Coro Lírico de Brasília, à prática de ato antieconômico e à falta de segregação de funções, estão sendo tratadas em processos específicos, sob a responsabilidade de Comissão de Sindicância Administrativa, com o objetivo de apurar a autoria ou a existência de possíveis irregularidades nas contratações referenciadas.

A Cartão BRB S/A e a Associação dos Amigos das Artes de Brasília não se manifestaram, e o Instituto Educarte solicitou duas prorrogações de prazo. A primeira foi indeferida, consoante os termos da Decisão nº 2.391/161, e a segunda ainda pende de deliberação pela c. Corte.

Examinando os autos, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 102/2016-3ª Diacomp, manifestou-se, conclusivamente, consoante a seguir:

“XIII – Das Conclusões/Sugestões

42. A análise das contratações de artistas por intermediação do Instituto Educarte de Educação e Arte para atuação conjunta com a OSTNCS demonstrou a ocorrência das seguintes irregularidades: (a) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993), (b) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e (c) prática de ato antieconômico (norma violada: princípio constitucional da eficiência – caput do art. 37 da Constituição Federal).

43. O Tribunal deve, então, chamar, em audiência, os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS, para apresentação das razões de justificativa face às irregularidades listadas, devido à possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/94, conforme detalhado na Matriz de Responsabilização (fls. 311/312).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

44. Quanto ao prejuízo de R\$ 241.750,00, a valores de 2012, com o superfaturamento dos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, com base no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/94 c/c art. 2º, §4º da Emenda Regimental n.º 01/1998 com a redação dada pela Emenda Regimental n.º 23/2008, pode ocorrer a conversão dos autos em TCE e a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF n.º 289.827.031-87), então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF n.º 280.998.691-68), Maestro Titular da OSTNCS, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira, CPF n.º 689.484.861-68) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito.

45. Importante ressaltar que, mesmo que a Corte considere procedentes as justificativas a serem apresentadas em face das demais irregularidades apontadas nesta Informação, pelas quais se sugere a audiência dos responsáveis, ainda assim permanecerão os indícios de prejuízo aqui apontados, impondo-se a conversão dos autos em TCE. Por esse motivo, referida conversão pode ocorrer desde já, nos termos do caput do art. 46 da Lei Complementar n.º 01/94, inexistindo motivo para aguardar-se o deslinde prévio das audiências.

46. A Corte, no tocante à falta de segregação de funções, pode recomendar à Secretaria de Cultura que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas do OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora de serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor.

47. O Tribunal pode, por fim, determinar, com fulcro no art. 9º da Lei Complementar n.º 01/94, à Cartão BRB S/A que instaure TCE para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio n.º 720/2013.

48. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 150/2016-GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299);
- b) do Ofício n.º 008/2016 do Instituto Educarte de Educação e Arte (fl. 308);

II – informar ao Instituto Educarte de Educação e Arte a

impossibilidade de prorrogação de prazo para apresentação de esclarecimentos demandada pelo Despacho Singular n.º 51/2016 – MA, em razão do que disciplina o § 2º do art. 1º da Resolução n.º 271/2014;

III – determinar:

- a) a audiência dos Senhores indicados na Matriz de Responsabilização (fls. 311/312) para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa face às seguintes irregularidades detectadas contratações de artistas por intermediação do Instituto Educarte Educação e Arte para atuação conjunta com a OSTNCS: (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993), (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e (3) prática de ato antieconômico (norma violada: princípio constitucional da eficiência – caput do art. 37 da Constituição Federal), devido à possibilidade de aplicação das multas previstas nos incisos II e III do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

art. 57 da Lei Complementar n.º 01/94, devendo o assunto ser acompanhado em processo apartado;

b) a conversão, com base no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/94 c/c art. 2º, §4º da Emenda Regimental n.º 01/1998 com a redação dada pela Emenda Regimental n.º 23/2008, dos autos em Tomada de Contas Especial;

c) em função do item III “b”, a citação, nos termos do art. 13, inciso II da Lei Complementar n.º 01/94, dos senhores elencados no parágrafo 44 desta instrução e do Instituto Educarte Educação e Arte, devido ao superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012, para que, no prazo de 30 (trinta) dias apresentem defesa ou recolham a quantia devida;

d) a instauração, com fulcro no art. 9º, §1º da Lei Complementar n.º 01/94, de tomada de contas especial por parte da Cartão BRB S/A para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio n.º 720/2013;

IV – recomendar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas do OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora do serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

V – autorizar:

a) a constituição de autos apartados para albergar as audiências objeto do item III “a”;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para as providências cabíveis e posterior remessa à Secretaria de Contas.”

Ao apreciar o feito, o MPJTCDF aquiesce às sugestões alvitadas pela instrução.

Na Sessão Ordinária nº 4.895, de 6/9/2016, o i. Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, apresentou voto parcialmente convergente, afastando do chamamento em audiência a questão relacionada à prática de ato antieconômico (item 3 do § parágrafo anterior), por entender que isso será apurado em conjunto com os demais itens que ensejam a conversão dos autos em TCE, do qual destaco o trecho a seguir:

“(…)

Mesmo em face dos esclarecimentos trazidos aos autos pela SECULT/DF, impende reconhecer, nesta oportunidade, que as informações colacionadas não foram suficientes para afastar todas as irregularidades apontadas.

Sendo assim, persistindo impropriedades e/ou falhas identificadas em trabalho anterior de fiscalização, o processo deve seguir o seu curso normal, com a proposição de medidas corretivas, conversão dos autos em tomada de contas especial e/ou audiência dos responsáveis por práticas passíveis de punição, tudo de acordo com o art. 4º da Resolução n.º 271/20143.

Nesse sentido, a Unidade Técnica propõe a audiência do Sr. Marconi Costa da Silva Scarinci e do Sr. Cláudio Alano Cohen



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Bezerra em face das seguintes irregularidades: (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93); (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e (3) prática de ato antieconômico (norma violada: princípio constitucional da eficiência - caput do art. 37 da Constituição Federal).

Conquanto concorde com a audiência sugerida, verifico que a questão relacionada com a prática de ato antieconômico (item 3 do § parágrafo anterior) já será apurada em conjunto com os demais itens que ensejam a conversão dos autos em TCE (Vide § 14 da Informação n.º 102/2016, Tabelas 4 e 5 ali reproduzidas).

Friso que, ao caracterizar a situação antieconômica, a Unidade Técnica teceu as seguintes considerações na Informação n.º 211/2015 – 3ª Diacom (fls. 246/266):

“30. O Senhor Marconi Scarinci, na qualidade de Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS, solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para seis apresentações nos dias 3 a 6 do mês de dezembro de 2012 ao custo de R\$ 40.000,00 por apresentação (Processo 150.003.395/2012) (fls. 2/5 do Anexo II).

31. Após a apresentação de 5/12/2012, o citado ex-gestor informou, em 6/12/2012, que as demais cinco apresentações seriam canceladas (fls. 38 do Anexo III). Estranhamente, no mesmo dia, o próprio Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para duas apresentações por R\$90.000,00 para o dia 6/12/2012, ou seja, R\$ 45.000,00 por apresentação (Processo n.º 150.003.452/2012) (fls. 46/52 do Anexo III).

32. Se tivesse mantido a primeira contratação, o custo seria de R\$ 80.000,00, ao contrário dos R\$ 90.000,00 pagos ao Instituto Educarte (fls. 86/89 do Anexo III). Ocorreram, portanto, um ato antieconômico e um consequente prejuízo ao Erário de R\$ 10.000,00.”

Constata-se, pois, que o ato antieconômico também se refere ao possível superfaturamento no cachê pago ao Coro Lírico de Brasília, ou seja, mesmo fundamento que levou o Corpo Técnico a sugerir a conversão dos autos em TCE.

Desse modo, cabe a audiência do Sr. Marconi Costa da

Silva Scarinci e do Sr. Cláudio Alano Cohen Bezerra em face da representação artística exclusiva fabricada e da justificativa de preços fraudada.

É certo que nesta etapa dar-se-á a fase de citação dos responsáveis para apresentação de defesas, não havendo que se antecipar juízo de mérito em detrimento às razões de justificativa, que poderão alterar a percepção sobre a ilicitude das condutas, o nexo de causalidade e a responsabilização frente às irregularidades detectadas.

Noutro giro, o superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, já apurado no montante de R\$ 241.750,00 (em valores de 2012), está a demandar a conversão dos autos em tomada de contas especial, conforme preconizado pelo art. 46 da LC n.º 01/94 c/c art. 2º, § 4º da Emenda Regimental n.º 01/98, com a redação dada pela Emenda Regimental n.º 23/08.

Igualmente, os esclarecimentos trazidos ao feito não afastaram as irregularidades verificadas na prestação de contas dos recursos repassados pela Cartão BRB S/A ao Instituto Educarte de Educação e Arte por meio do Contrato de Patrocínio n.º 720/2013. Dessa forma, a jurisdição deverá



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

instaurar tomada de contas especial para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis por tais irregularidades.

Cumpre-me frisar, ainda, que o objeto das audiências anteriormente sugeridas não guarda qualquer correlação com os prejuízos já vislumbrados, motivo pelo qual não se mostra razoável, neste caso específico, esperar o deslinde das audiências previamente à conversão/instauração de TCE. Dito de outra maneira, ainda que o Tribunal venha a considerar procedentes as justificativas apresentadas, permanecerão os indícios de prejuízo.

Assim, o acompanhamento das audiências em processo apartado é adequado e evitará tumulto processual, garantindo, ainda, celeridade aos procedimentos.

*Diante do exposto, em parcial concordância com os Órgãos Técnico e Ministerial, e com os ajustes redacionais que faço, **VOTO** por que o egrégio Plenário:*

I – tome conhecimento:

a) do Ofício n.º 150/2016 – GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299);

b) do Ofício n.º 008/2016 do Instituto Educarte Educação e Arte (fl. 308);

II – indefira o pedido de prorrogação de prazo, objeto do documento referenciado na alínea “b” do item antecedente, informando ao requerente da impossibilidade, em razão do que disciplina o §2º do art. 1º da Resolução TCDF n.º 271/2014;

III – determine:

a) a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização às fls. 311/312 para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa face às seguintes irregularidades detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarte de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS: (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993); (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993), devendo o assunto ser acompanhado em autos apartados e observando-se o que prescreve o art. 57, II, da LC n.º 01/94;

b) a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fulcro no art. 46 da LC n.º 01/94 c/c art. 2º, §4º da Emenda Regimental n.º 01/1998, com redação dada pela Emenda Regimental n.º 23/2008;

c) em função da alínea anterior, a citação, nos termos do art. 13, inciso II, da LC n.º 01/94, dos Srs. Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF n.º 289.827.037-87), Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF n.º 280.998.691-68) e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal, Sr. Luiz Alan Rufino Moreira (CPF n.º 689.484.861-68), em razão de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de

Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, em valores de 2012, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa ou recolham o débito;

d) à Cartão BRB S.A que instaure processo de Tomada de Contas Especial, com fulcro no art. 9º, §1º da LC n.º 01/94, para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte por intermédio do Contrato de Patrocínio n.º 720/2013;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

IV – recomende à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora do serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

V – autorize:

a) a constituição de autos apartados para albergar as audiências objeto do item III “a” desta decisão;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para as providências cabíveis e posterior remessa à Secretaria de Contas.

Brasília, em de de 2016.

MANOEL DE ANDRADE

Relator

Com as devidas vênias ao entendimento do n. Relator, conquanto não exista nenhum óbice legal/regulamentar para conversão dos autos em TCEs neste momento processual, considero que o feito merece encaminhamento diverso do apresentado para esta questão, por entender que a abertura das TCEs pode ser realizada após a audiência dos respectivos responsáveis sem prejuízo ao regular desenvolvimento do processo.

Outrossim, coaduno do entendimento quanto aos demais pontos exarados no voto do n. Relator.

Diante do exposto, com fulcro no art. 71 do RI/TCDF, em harmonia parcial com a Unidade Técnica e com o *Parquet* especial, lamentando dissentir parcialmente do Ilustre Relator, VOTO no sentido de que o eg. Tribunal:

I – tome conhecimento: a) do Ofício n.º 150/2016 – GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299); b) do Ofício n.º 008/2016 do Instituto Educarte Educação e Arte (fl. 308);

II – indefira o pedido de prorrogação de prazo, objeto do documento referenciado na alínea “b” do item antecedente, informando ao requerente da impossibilidade, em razão do que disciplina o §2º do art. 1º da Resolução TCDF n.º 271/2014;

III – determine a citação dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, fls. 311/312, para que apresentem defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, em face das seguintes irregularidades detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarte de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS: (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993); (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL, c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993); (3) indícios de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012;

IV – recomende à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora do serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

V – autorize o retorno dos autos à SEACOMP para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, de de 2016.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro